

Até que ponto a utilização de animais em experimentos científicos é eticamente aceita?

*Marco Aurelio Guimarães**

Por mais elevado que seja o nosso padrão intelectual, nós, como seres humanos, temos a tendência a defender nossos próprios pontos de vistas e opiniões. Dilemas podem suscitar defesas passionais de opiniões. A intelectualidade pressupõe racionalidade nas opiniões. O conflito entre estas posições divergentes pode resultar em problemas das mais variadas dimensões. A busca de uma solução coerente para a disputa entre a emoção e a razão constitui a base de um posicionamento **ético**.

Eutanásia. Aborto. Barriga de aluguel. Células-tronco embrionárias. Direito de recusar tratamentos. Todos são assuntos que podem gerar respostas como "sou a favor" ou "sou contra" com imensa facilidade. Mas quando situações particulares e casos individuais para cada um desses dilemas surgem, as respostas podem mudar para uma sentença que geralmente se inicia com "Bem, nesta situação específica...". Assim, as exceções se mostram.

Não poderia ser diferente quando falamos do uso de animais por nós, seres humanos. Interessante notar que para discutir este assunto, imediatamente nos excluimos da categoria de ser "animal". Carregamos a visão cartesiana de que os animais não são dotados de algo que nós, humanos, somos. Podemos chamar este algo de racionalidade, ou até mesmo de alma. Não importa o que seja, nós precisamos é nos diferenciar dos animais, para nos defender dos resultados de nossas decisões. Ou seja, somos *a priori*, numa analogia à palavra racista, especiecistas, pois discriminamos seres vivos por sua espécie. Somos antropocêntricos.

Tendo consciência disso, para pensarmos em um posicionamento ético com relação ao uso de animais, precisamos fazer uma nova pergunta: Que tipo de "uso" de animais exatamente estamos falando?

Podemos separar o uso de animais aqui, para simplificar o entendimento das diferentes situações, em cinco tipos: Alimentação e vestuário, testes cosméticos, produção de soros e vacinas, ensino de ciências biológicas e pesquisa científica. Assim, fica mais fácil perceber que respostas simples como "contra" ou "a favor" não são cabíveis a um assunto tão complexo quanto o uso de animais. Dentro desta idéia, não consideraremos o uso de animais para diversão, devido à complexidade particular de situações que poderiam ser abordadas.

Para avaliar nosso posicionamento ético frente a cada uma desses possíveis dilemas e verificar o quanto nos valemos de nossa emoção ou de nossa razão nesta avaliação, podemos perguntar o quanto estamos dispostos a abrir mão de nosso conforto, dos nossos prazeres ou das nossas necessidades.

Estamos dispostos a não nos alimentarmos ou vestirmos com produtos de origem animal? Algumas pessoas optam, pelas mais variadas razões, a esta situação. Os vegetarianos (e "veganos") são o exemplo. Trata-se de um posicionamento ético dessas pessoas. Mas em termos sociais, é moralmente aceito (pode-se dizer até estimulado) o ato de comer carne ou usar um par de sapatos de couro. Não se vê até o momento grupos que se mobilizem para proibir amplamente o consumo de carne ou o uso de couro recorrendo à justiça. Ou ainda, movimentos para extinguir o vegetarianismo. Vegetarianos e não-vegetarianos convivem harmonicamente em sociedade desde que respeitem mutuamente suas opções. A eticidade do comer

carne ou vestir couro é uma opção individual, não passível de regulamentação por lei neste momento histórico.

Estamos dispostos a usar cosméticos que não sejam testados em animais? Nas últimas décadas, as sociedades de diferentes países passaram a não aceitar este tipo de procedimento. Grandes empresas de cosméticos foram incluídas num tipo de “lista negra” e tiveram seus produtos boicotados. Embalagens com o aviso “produto não testado em animais” ganharam valor comercial positivo. O conhecimento de como eram (e ainda são, em algumas empresas) realizados os testes cosméticos causaram o sentimento de pena pelos animais utilizados, além da culpa implícita pelo consumo dos produtos. O que, antes, era moralmente aceito passou a ser eticamente questionável. Não houve a necessidade formal de leis para regulamentar isto. As pessoas mudaram, as sociedades mudaram.

Estamos dispostos a não usar animais para a produção de soros e vacinas? Mesmo com a rápida progressão da ciência e a evolução das técnicas de biologia molecular, certos produtos ainda dependem do uso de animais para sua produção. Seria tolerável para nós uma pessoa morrer por uma picada de cobra ou escorpião para não ter cavalos usados na produção de soros? Podemos aceitar a propagação de epidemias como de febre amarela para não utilizarmos ovos na produção de vacinas? Até que haja alternativas viáveis científica e economicamente falando, as pessoas não parecem questionar este uso dos animais. Lembrando: somos antropocêntricos e atribuímos maior valor à vida humana que à vida de animais. Não se fala, neste caso, sobre a proibição da produção de soros e vacinas para não usar animais. Em termos de moralidade do fato, não há, senso geral, questionamento por parte das sociedades.

Estamos dispostos a não usar animais para o ensino das ciências biológicas? Alguns grupos defendem o uso didático dos animais, outros o questionam. Tradicionalmente, a repetição de experimentos científicos clássicos como forma de aprendizado se estabeleceu nas universidades. Hoje, com a possibilidade de métodos alternativos como filmagem de um único procedimento ou o uso de programas de computador que simulam estes experimentos, passou a ocorrer o questionamento da real necessidade de animais para fins didáticos.

Diferentemente da polêmica que ainda ocorre no Brasil, há um grande número de grandes universidades no mundo que não utilizam mais animais para o ensino, entre elas as conceituadas Harvard Medical School, nos Estados Unidos (<http://www.internichebrasil.org/literatura/listamed.htm>) e a Universidade de Milão, na Itália (<http://www.internichebrasil.org/noticias.htm#eua>). A tendência aparente é pela abolição do uso de animais no ensino superior, quer seja por razões morais e éticas, quer por razões econômicas, que não podem ser esquecidas, apesar de não ser cabível discuti-las aqui.

Vale lembrar que neste caso já existem tentativas de proibir o uso de animais para fins didáticos. Há também decisões judiciais no Brasil favoráveis à objeção de consciência por parte de alunos que não quiseram participar de atividades didáticas com uso de animais, obrigando as universidades a oferecerem alternativas que não prejudicassem a avaliação acadêmica desses alunos. Contudo, a tendência em abolir o uso de animais em aulas práticas leva a crer que não será necessária uma legislação para este fim. A eticidade e a moralidade do uso no ensino foram questionadas e o conhecimento de alternativas deve gradativamente viabilizar a mudança à semelhança do que ocorreu na questão dos testes cosméticos.

Resta a última, e provavelmente mais polêmica questão: estamos dispostos a não usar animais para pesquisa científica? Precisamos lembrar alguns fatos históricos para entender a situação atual.

No século XIX o francês Claude Bernard (1813-1878) enfrentou resistência da comunidade científica ao propor a pesquisa de fenômenos biológicos utilizando a vivisseção de animais. Com o sucesso de suas pesquisas, a utilização de animais em pesquisa passou a ser rotineira e o pesquisador passou a ser considerado o “pai da medicina experimental”. Diversos textos de sua autoria mostraram a sua preocupação ética com relação aos pacientes humanos, mas apregoavam a indiferença ao sofrimento dos animais. Tal indiferença levou-o a utilizar o cachorro de estimação de sua filha em uma aula, fato este que levou sua esposa a fundar a primeira associação para proteção dos animais de laboratório.

Mas Claude Bernard não foi o único grande cientista a colaborar no estabelecimento da pesquisa com animais na ciência. François Magendie (1783-1855) e Louis Pasteur (1822-1895) também foram fundamentais para sua consolidação. Enquanto na França a vivisseção avançava, na Grã-bretanha leis eram criadas para a proteção aos animais (British Anti-cruelty Act 1822; 1876). As idéias de proteção aos animais foram se espalhando enquanto o uso de animais em pesquisas aumentava. Em 1909 a Associação Médica Americana publicava aspectos éticos da utilização de animais em pesquisas.

Há controvérsias sobre a proibição do uso de animais em pesquisas no mundo. Liechtenstein e a república de San Marino aparentemente são os únicos lugares do mundo onde que a pesquisa com animais é totalmente proibida. Em vários outros países a regulamentação e o controle desta atividade são muito rígidos. Em outros, como o Brasil, tanto a regulamentação como a fiscalização do uso de animais em pesquisa são muito limitados.

No debate entre proibir ou não a pesquisa com animais, há argumentos plausíveis para defesa das duas posições.

Em defesa do uso de animais, é inegável o avanço científico ocorrido, que vai desde o entendimento de fenômenos fisiológicos e patológicos até o desenvolvimento de novos fármacos, soros, vacinas e procedimentos cirúrgicos tanto para seres humanos quanto para diferentes espécies animais. Isto é inegável e inquestionável, considerando-se o número de publicações científicas e de conhecimento útil gerado.

Contra o seu uso, os argumentos de que é possível estudar processos patológicos sem animais, como ocorreu no caso da pesquisa sobre HIV/AIDS. Modelos animais não se mostraram adequados para a pesquisa e mesmo assim o avanço do conhecimento ocorreu com a investigação unicamente em seres humanos.

Outros argumentos baseiam-se no fato de que testes em animais não garantem segurança ao ser humano, pois drogas que foram testadas em animais acabaram por se mostrar danosas às pessoas, como no caso da talidomida e da fialuridina. As recentes retiradas do mercado de anti-inflamatórios que foram testados em animais reforçam esta idéia. Inversamente, drogas potencialmente úteis ao ser humano podem ter sido barradas em testes com animais, por causarem efeitos adversos nas espécies testadas que não surgem, ou surgem em intensidade não deletéria, nos seres humanos.

Denúncias com imagens de atos de crueldade contra animais em laboratórios acabam por acentuar ainda mais a repulsa pela idéia da utilização dos mesmos em pesquisa científica.

O problema central deste confronto de posições é que ambos os lados tem alguma razão. A ciência progride sim com o uso de animais. Mas o direito ao uso não pode ser confundido com o direito ao abuso.

A simples e direta proibição do uso de animais também não soluciona o problema. Ou todos o que desejam esta proibição estão absolutamente dispostos a não utilizar, devido à sua objeção ética ao uso de animais, de todos os tratamentos e benefícios gerados pelas pesquisas até hoje? Pessoas que são contra a utilização de animais em pesquisas usarem os resultados dessas pesquisas em benefício próprio assemelha-se, fundamentalmente, a utilizar benefícios resultantes de pesquisas em campos de concentração nazistas da Segunda Guerra Mundial.

Devemos considerar também que os países com legislações mais restritivas à pesquisa em animais têm, geralmente, padrão sócio-econômico elevado. Locais onde a pesquisa em animais é mais limitada têm como consequência mais pesquisas em seres humanos. Isto não é problema onde as pessoas têm amplo acesso a atendimento de saúde de qualidade. Elas têm a autonomia real de optarem por participar ou não das pesquisas.

Mas em países onde o padrão sócio-econômico é baixo e o acesso à saúde é limitado, a restrição à pesquisa em animais pode ter efeitos sérios. Um aumento não corretamente estruturado da pesquisa em seres humanos pode levar populações economicamente vulneráveis a participarem de pesquisas para garantir alguma forma de tratamento de saúde, reduzindo sua autonomia, seu direito de escolha, violando seus direitos humanos.

Num debate televisivo sobre a proibição do uso de animais em pesquisa, uma mulher, dependente do sistema público de saúde brasileiro, fez o seguinte questionamento: "Se não testarem em animais, vão testar em quem? Nos nossos filhos?". Nota-se preocupação com a possibilidade de que os menos favorecidos economicamente venham a ser as novas "cobaias".

Não creio que a sociedade brasileira venha aceitar moralmente a proibição do uso de animais em pesquisas principalmente por esta razão. A defesa passional da proibição do uso de animais em pesquisa pode gerar até o efeito oposto ao desejado. Que a sociedade composta por uma maioria de desfavorecidos venha a se posicionar veementemente contra tal possibilidade, tendo como objetivo sua auto-proteção. As recentes propostas de leis estaduais no Rio de Janeiro e em São Paulo de proibir o uso de animais em pesquisas têm grande potencial de gerar este efeito.

Acredito que enquanto não houver melhorias na qualidade da saúde da população brasileira, a rejeição à proibição do uso de animais em pesquisa continuará. Assim como enquanto não houver melhorias na educação. Não há como consolidar valores que dependam de conhecimentos e posicionamentos filosóficos inalcançáveis à maioria dessa população.

Uma comparação pode ser feita com o que ocorreu no referendo sobre a proibição armas de fogo no Brasil. A população que não confia na segurança pública de seu país, não é convencida a rejeitar armas. A população que não confia na saúde, não será convencida a rejeitar a pesquisa com animais.

Enquanto isso, cabe a todos, frente ao momento moral e ético, lutar para que os animais sejam protegidos na pesquisa científica dentro da realidade que a nossa sociedade vivencia. Os 3 "R" propostos por Russel e Burch em 1959 talvez continuem sendo a base para guiar nossas ações por algum tempo. Redução (*reduction*) do número de animais ao estritamente necessário; Refinamento (*refinement*) das técnicas utilizadas nas pesquisas para minimizar o sofrimento e; Substituição (*replacement*) de animais por métodos alternativos sempre que possível.

Comitês de revisão de protocolos científicos realmente atuantes e eficientes. Leis e regulamentações coerentes e executáveis para evitar abusos aos animais, mas que não paralise a ciência que beneficia a todos. Formação acadêmica adequada para discussão do assunto. Melhoria da saúde e educação. A mudança virá a longo prazo.

Proibição não. Conscientização sim. Assim se estabelece a ética.

****Marco Aurelio Guimarães** é professor doutor da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo. É graduado em medicina pela FMRP-USP, possui mestrado e doutorado em fisiologia pela mesma universidade e pós-doutorado em identificação humana pela University of Sheffield, na Inglaterra. Uma de suas linhas de pesquisa tem como especialidade a Bioética, visando a promoção de debates em torno da utilização ou não de animais na medicina. (Fonte: lattes CNPq)*